

Economia e Conhecimento*

F. A. Hayek**

Resumo: O autor desenvolve argumentos para criticar a visão de que os modelos de equilíbrio de que trata a teoria econômica convencional são adequados à realidade. Sua argumentação demonstra a subjetividade inerente aos fenômenos das ciências sociais e coloca em evidência as limitações da ciência econômica, impostas tanto pela ausência de conhecimento pleno, quanto pela dispersão do conhecimento na sociedade.

Palavras-Chave: Economia, Conhecimento, Dados Objetivos e Subjetivos, Absorção do Conhecimento.

Economics and Knowledge

Abstract: The author develops arguments to criticize the view that the equilibrium models mentioned by conventional economic theory are appropriate to reality. His argument shows the subjectivity inherent in the social science phenomena and shows the limitations of economic science, imposed both by the lack of complete knowledge and by its dispersion in society.

Keywords: Economy, Knowledge, Objective and Subjective Data, Absorption of Knowledge.

Classificação JEL: B41, B53

* Discurso presidencial apresentado no *London Economic Club*, em 10 de Novembro de 1936. Publicado originalmente como: HAYEK, F. A. Economics and Knowledge. *Economica*, Vol. 4 (1937): 33-54. Reimpresso como: HAYEK, F. A. Economics and Knowledge. In: **Individualism and Economic Order**. Chicago: Chicago University Press, 1948. p. 33-56.

Traduzido do inglês para o português por Claudio Andrés Téllez-Zepeda.

** **Friedrich August von Hayek** nasceu em Viena, no dia 8 de maio de 1899, na ocasião, ainda Império Austro-Húngaro. Recebeu os títulos de doutor em Direito (1921) e Ciência Política (1923) pela Universidade de Viena, onde também estudou Filosofia, Psicologia e Economia. Com a ajuda de Ludwig von Mises (1881-1973), no final da década de 1920, fundou e dirigiu o Austrian Institute for Business Cycle Research, antes de ingressar na London School of Economics em 1931. Tornou-se súdito inglês em 1938 e, em março de 1944, lançou seu famoso livro *O Caminho da Servidão* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Viveu na Grã-Bretanha até 1950 e depois mudou-se para os Estados Unidos, onde permaneceu de 1950 a 1962. Em 1974, recebeu o Prêmio Nobel de Economia pela sua Teoria da Moeda e flutuações econômicas. Faleceu em 23 de março de 1992, em Freiburg, na Alemanha, onde vivia desde a década de 1960.

I

A ambiguidade do título deste artigo não é acidental. Seu tema principal é, obviamente, o papel que os pressupostos e as proposições acerca do conhecimento, possuídos pelos diferentes membros da sociedade, desempenham na análise econômica. Mas isto não está, de forma alguma, desconectado da outra questão que poderia ser discutida sob o mesmo título – a questão de em que medida a análise econômica formal transmite qualquer conhecimento a respeito do que ocorre no mundo real. De fato, meu principal argumento será que tautologias, que são do que consiste essencialmente a análise formal do equilíbrio em economia, podem ser transformadas em proposições que nos dizem alguma coisa acerca da causação no mundo real somente na medida em que somos capazes de preencher essas proposições formais com declarações definidas sobre como o conhecimento é adquirido e comunicado. Em resumo, defenderei que o elemento empírico na teoria econômica – a única parte que se preocupa não somente com as implicações, mas também com as causas e efeitos, e que conduz, portanto, a conclusões que, de qualquer forma, em princípio são capazes de verificação¹ – consiste de proposições sobre a aquisição do conhecimento.

Talvez deva começar recordando acerca do fato interessante de que em grande quantidade das tentativas mais recentes, realizadas em diferentes campos, para conduzir a pesquisa teórica para além dos limites da análise de equilíbrio tradicional, a resposta prontamente mostrou-se voltar para os pressupostos que fazemos com respeito a um ponto que, se não é idêntico ao meu, o é ao menos parcialmente, a saber, com relação à previsão. Acredito que o campo no qual, conforme esperaríamos, a discussão dos pressupostos no que diz respeito à previsão atraiu primeiramente a atenção mais abrangente foi a teoria do ris-

co². O estímulo que foi exercido a este respeito pelo trabalho de Frank H. Knight (1885-1972) pode ainda vir a exercer uma profunda influência, para muito além de seu campo específico. Não foi senão muito mais tarde que os pressupostos a serem feitos no que concerne à previsão mostraram-se de fundamental importância para a solução de enigmas na teoria da competição imperfeita, as questões sobre duopólio e oligopólio. Desde então, tornou-se mais e mais óbvio que, no tratamento das questões mais “dinâmicas” da moeda e das flutuações industriais, os pressupostos a serem feitos sobre previsões e “antecipações” desempenham um papel igualmente central e que, em particular, os conceitos que foram introduzidos nesses campos a partir da pura análise do equilíbrio, tal como aqueles de uma taxa de juros de equilíbrio, poderiam ser adequadamente definidos somente em termos de pressupostos relativos à previsão. A situação aqui parece ser que, antes de que possamos explicar por que as pessoas cometem erros, devemos primeiramente explicar por que elas deveriam estar sempre certas.

Em geral, parece que chegamos a um ponto no qual todos percebemos que o próprio conceito de equilíbrio pode ser tornado claro e definido somente em termos de pressupostos relativos à previsão, embora ainda possamos não concordar exatamente a respeito de exatamente quais são esses pressupostos essenciais. Esta questão irá me ocupar mais adiante neste ensaio. No momento, preocupo-me somente em mostrar que, na atual conjuntura, quer queiramos definir as fronteiras da estática econômica, quer desejemos transcendê-la, não podemos escapar do contestado problema da posição exata que os pressupostos sobre a previsão devem ocupar em nosso raciocínio. Pode isto ser meramente acidental?

¹ Ou, mais propriamente, falsificação (cf. POPPER, K. R. *Logik der Forschung*. Wien: Springer, 1935. *Passim*).

² Uma exposição panorâmica mais completa do processo por meio do qual a importância das antecipações foi gradualmente introduzida na análise econômica provavelmente teria que começar com FISHER, Irving. *Appreciation and Interest*. New Haven, 1896.

Conforme já sugeri, a razão para isto parece-me ser que precisamos lidar, aqui, somente com um aspecto especial de uma questão muito mais vasta e que deveríamos ter enfrentado em um estágio muito anterior. Questões essencialmente similares àquelas mencionadas emergem, de fato, assim que tentamos aplicar o sistema de tautologias – aquelas séries de proposições que são necessariamente verdadeiras por consistirem meramente de transformações dos pressupostos a partir dos quais começamos, e que constituem o principal conteúdo da análise de equilíbrio – ao caso de uma sociedade que consiste de diversas pessoas independentes. Sinto, há muito tempo, que o próprio conceito de equilíbrio e os métodos que empregamos na análise pura têm um significado claro somente quando confinados à análise de uma única pessoa e que realmente estamos passando para uma outra esfera e introduzindo silenciosamente um novo elemento, de caráter totalmente diferente, quando o aplicamos à explicação das interações de um certo número de indivíduos diferentes.

Estou certo de que há muitos que veem com impaciência e desconfiança a tendência, inerente a toda análise moderna do equilíbrio, de transformar a economia em um ramo da lógica pura, um conjunto de proposições auto-evidentes que, assim como a matemática ou a geometria, não estão sujeitas a nenhum outro teste que não seja a consistência interna. Mas parece que, se ao menos este processo for levado o suficientemente longe, carregará consigo seu próprio remédio. Ao destilar, a partir de nosso raciocínio sobre os fatos da vida econômica, aquelas partes que são verdadeiras *a priori*, não somente isolamos um elemento de nosso raciocínio como um tipo de Pura Lógica da Escolha em toda a sua pureza, mas também isolamos, e enfatizamos a importância de um outro elemento que tem sido muito negligenciado. Minha crítica às tendências recentes de tornar a teoria econômica mais e mais formal não é que tenham ido longe demais, mas sim que ainda não foram longe o suficiente para completar o isolamento deste ramo da lógica

e para restaurar a investigação dos processos causais ao seu lugar legítimo, utilizando a teoria econômica formal como uma ferramenta, do mesmo modo como a matemática.

II

Mas antes de poder provar minha asserção de que as proposições tautológicas da análise pura do equilíbrio, como tal, não são diretamente aplicáveis à explicação das relações sociais, devo primeiramente mostrar que o conceito de equilíbrio *tem* um significado claro se aplicado às ações de um único indivíduo e qual é este significado. Contra minha afirmação, pode ser argumentado que é precisamente aqui que o conceito de equilíbrio não possui significado, pois, se desejamos aplicá-lo, tudo o que se poderia dizer é que uma pessoa isolada estaria sempre em equilíbrio. Porém esta última declaração, embora seja um truísmo, nada mostra além da maneira na qual o conceito de equilíbrio é tipicamente mal-empregado. O que é relevante não é se uma pessoa como tal está ou não em equilíbrio, mas quais de suas ações permanecem em relações de equilíbrio umas para com as outras. Todas as proposições da análise de equilíbrio, tal como a proposição de que valores relativos corresponderão a custos relativos, ou que uma pessoa igualará os retornos marginais de qualquer fator em seus diferentes usos, são proposições sobre as relações entre ações. Pode ser dito que as ações de uma pessoa estão em equilíbrio na medida em que podem ser entendidas como parte de um plano. Somente se este for o caso, somente se todas essas ações foram decididas em um único e mesmo instante, e levando em consideração o mesmo conjunto de circunstâncias, nossas afirmações sobre suas interconexões, as quais deduzimos a partir de nossos pressupostos sobre o conhecimento e as preferências da pessoa, terão alguma aplicação. É importante recordar que os assim chamados “dados”, a partir dos quais começamos neste tipo de análise, são (além de seus gostos)

todos os fatos dados à pessoa em questão, as coisas tais como conhece (ou como acredita) que existem, ao invés de, falando estritamente, fatos objetivos. É somente por causa disto que as proposições de deduzimos são necessariamente válidas *a priori* e que preservamos a consistência do argumento³.

As duas principais conclusões a partir dessas considerações são, primeiro, que, desde que relações de equilíbrio existem entre as ações sucessivas de uma pessoa somente na medida em que são parte da execução do mesmo plano, qualquer mudança no conhecimento relevante da pessoa, isto é, qualquer mudança que a leve a alterar seu plano, perturba a relação de equilíbrio existente entre suas ações realizadas antes e aquelas levadas a cabo após a mudança em seu conhecimento. Em outras palavras, a relação de equilíbrio compreende somente suas ações durante o período no qual suas antecipações mostraram-se corretas. Em segundo lugar, dado que o equilíbrio é uma relação entre ações, e dado que as ações de uma pessoa devem necessariamente ocorrer sucessivamente no tempo, é óbvio que a passagem do tempo é essencial para dar significado ao conceito de equilíbrio. Isto merece menção, dado que muitos economistas parecem ser incapazes de encontrar lugar para o tempo na análise de equilíbrio e, conseqüentemente, sugerem que o equilíbrio deve ser concebido como atemporal. Isto parece-me ser uma afirmação sem sentido.

III

Agora, a despeito do que disse anteriormente sobre o significado duvidoso da análise de equilíbrio neste sentido, caso aplicada às condições de uma sociedade competitiva, obviamente não desejo negar que o conceito foi introduzido originalmente precisamente para descrever a ideia de algum tipo de ba-

lanço entre as ações de diferentes indivíduos. Tudo o que argumentei até agora é que o sentido no qual utilizamos o conceito de equilíbrio para descrever a interdependência entre as diferentes ações de uma pessoa não admite imediatamente a sua aplicação às relações entre as ações de diferentes pessoas. A questão realmente é a respeito do uso que fazemos quando falamos acerca do equilíbrio com relação a um sistema competitivo.

A primeira resposta que parece decorrer de nossa abordagem é que o equilíbrio existe a este respeito se as ações de todos os membros da sociedade durante um período consistirem das execuções de seus respectivos planos individuais, decididos por cada um, no início do período. Contudo, quando investigamos mais sobre as exatas implicações disto, parece que esta resposta cria mais dificuldades do que resolve. Não há nenhuma dificuldade especial a respeito do conceito de uma pessoa isolada (ou de um grupo de pessoas dirigidas por uma delas) agindo ao longo de um período de tempo, de acordo com um plano preconcebido. Neste caso, o plano não precisa satisfazer nenhum critério especial para que sua execução seja concebível. Pode, obviamente, basear-se em pressupostos equivocados no que diz respeito aos fatos externos e, por causa disto, pode precisar passar por modificações. Mas sempre haverá um conjunto concebível de eventos externos que tornarão possível executar o plano tal como originalmente imaginado.

A situação é diferente, contudo, com planos determinados de maneira simultânea, porém independente, por um dado número de pessoas. No primeiro caso, para que todos esses planos possam ser realizados, é necessário que estejam baseados na expectativa de um mesmo conjunto de eventos externos, pois, se pessoas diferentes basearem seus planos em expectativas conflitantes, nenhum conjunto de eventos externos poderá tornar possível a execução de todos esses planos. E, em segundo lugar, em uma sociedade baseada em trocas, seus planos irão, em considerável medida, proporcionar ações que exigirão ações

³ A este respeito, ver: MISES, Ludwig von. *Grundprobleme der Nationalökonomie*. Jena: Fischer, 1933. p. 22ff, 160ff.

correspondentes por parte de outros indivíduos. Isto significa que os planos de indivíduos diferentes devem, em um sentido especial, ser compatíveis, para que possa ser ainda concebível que sejam capazes de realizá-los todos⁴. Ou, para colocar a mesma coisa em palavras diferentes, dado que alguns dos dados sobre os quais uma dada pessoa baseia seus planos serão a expectativa de que outra pessoa agirá de um modo particular, é essencial, para a compatibilidade dos planos diferentes, que os planos de um contenham exatamente aquelas ações que formam os dados para os planos do outro.

No tratamento tradicional da análise de equilíbrio, parte desta dificuldade aparentemente é evitada pelo pressuposto de que os dados, na forma de tabelas de demanda representando os gostos individuais e os fatos técnicos, são fornecidos de forma igual para todos os indivíduos e que suas ações, com base nas mesmas premissas, farão, de alguma forma, com que seus planos se tornem adaptados uns aos outros. Tem sido frequentemente observado que isto realmente não supera a dificuldade criada pelo fato de que as ações de uma pessoa correspondem aos dados de outra pessoa, e que isso envolve algum grau de raciocínio circular. O que, entretanto, parece estar longe de ter escapado à atenção é que todo este procedimento envolve uma confusão de caráter muito mais geral, a respeito do qual o ponto mencionado é meramente um caso especial, que se deve a um equívoco a respeito do termo “dado”. Os dados, que aqui são supostos como sendo fatos objetivos e também que são os mesmos para todas as pessoas, evidentemente não são a mesma coisa que os dados que constituíram o ponto de partida para as transformações tautológicas da Pura Lógica da Escolha. Lá, “dados” significam os fatos, e somente aqueles fatos,

que estavam presentes na mente da pessoa atuante, e somente esta interpretação subjetiva do termo “dado” tornou essas proposições necessariamente verdadeiras. “Dado” significa algo que é dado, conhecido, pela pessoa sob consideração. Entretanto, na transição a partir da análise da ação de um indivíduo para a análise da situação em uma sociedade, o conceito passou por uma insidiosa mudança de significado.

IV

A confusão sobre o conceito de dado está na base de muitas de nossas dificuldades neste campo e é necessário considerá-la com um pouco mais de atenção. Dado significa, obviamente, algo que é dado, porém a questão que permanece aberta, e a qual é capaz de receber, nas ciências sociais, duas respostas diferentes, é para *quem* supõe-se que os fatos são dados. Os economistas parecem estar, inconscientemente, sempre de certo modo desconfortáveis a respeito deste ponto, e reafirmam-se contra a sensação de que não sabem de todo para quem os dados foram dados, sublinhando o fato de que *foram* dados – mesmo que seja utilizando expressões pleonásticas tal como “dados dados”. Porém, isto não responde à questão de se os fatos aos quais supostamente se referem são dados ao economista observador ou às pessoas cujas ações deseja explicar e, caso seja para estas últimas, se é assumido que os mesmos fatos são conhecidos por todas as diferentes pessoas no sistema ou se os “dados” podem ser diferentes para pessoas distintas.

Parece não haver dúvida possível de que esses dois conceitos de “dados”, por um lado, no sentido de fatos reais objetivos, como supõe-se que o economista observador os conhece, e, por outro lado, no sentido subjetivo, como coisas que são conhecidas pelas pessoas cujos comportamentos tentamos explicar, são, na realidade, fundamentalmente diferentes e precisam ser distinguidos cuidadosamente. E, conforme veremos, a questão de por que

⁴ Estou há muito tempo surpreso a respeito de por que, ao menos no que é de meu conhecimento, não têm havido tentativas sistemáticas na Sociologia para analisar relações sociais em termos de correspondência e não correspondência, ou compatibilidade e não compatibilidade de objetivos e desejos individuais.

os dados no sentido subjetivo do termo deveriam corresponder aos dados objetivos é um dos principais problemas que precisamos responder.

A utilidade da distinção torna-se imediatamente aparente quando aplicada à questão do que podemos querer dizer através do conceito de uma sociedade na qual pode ser dito que os dados subjetivos, dados às diferentes pessoas, e os planos individuais, que necessariamente deles decorrem, encontram-se em concordância. Podemos querer dizer meramente que esses planos são mutuamente compatíveis e que há, conseqüentemente, um conjunto concebível de eventos externos capaz de permitir a todas as pessoas que realizem seus planos e que não causem quaisquer desapontamentos. Se esta compatibilidade mútua de intenções não fosse dada, e se, em conseqüência, nenhum conjunto de eventos externos puder satisfazer a todas as expectativas, poderíamos claramente dizer que este não é um estado de equilíbrio. Temos uma situação na qual uma revisão dos planos, por parte de ao menos uma pessoa, é inevitável, ou, para usar uma frase que, no passado, tinha um significado um tanto vago, mas que parece adequar-se perfeitamente a esta situação, tem-se uma situação na qual as perturbações “endógenas” são inevitáveis.

Ainda resta, contudo, a outra questão, de se os conjuntos individuais de dados subjetivos correspondem aos dados objetivos e se, em conseqüência, as expectativas sobre as quais os planos estavam baseados são corroboradas pelos fatos. Se a correspondência entre os dados, neste sentido, fosse necessária para o equilíbrio, nunca seria possível decidir de outra maneira senão em retrospecto, no final do período para o qual as pessoas tivessem planejado, se a sociedade estava em equilíbrio no início. Parece estar em mais conformidade com o uso estabelecido dizer, em tal caso, que o equilíbrio, tal como definido no primeiro sentido, pode ser perturbado por um desenvolvimento não antecipado dos dados (objetivos) e descrever isto como uma perturbação exógena. De fato, dificilmente parece possível

atribuir qualquer sentido definido ao conceito bastante utilizado de mudança nos dados (objetivos), a menos que diferenciemos entre os desenvolvimentos externos, em conformidade com, e aqueles diferentes de, aquilo que tinha sido esperado, e definir como uma “mudança” qualquer divergência entre o desenvolvimento atual e o esperado, independentemente de tratar-se de uma “mudança” em algum sentido absoluto. Se, por exemplo, as alternâncias entre as estações cessassem subitamente e o clima permanecesse constante a partir de um determinado dia, isto certamente representaria uma mudança dos dados no nosso sentido, isto é, uma mudança relativa às expectativas, embora em um sentido absoluto isto não representaria uma mudança, mas sim a ausência de mudança. Mas tudo isto quer dizer que podemos falar de uma mudança nos dados somente se o equilíbrio, no primeiro sentido, existe, isto é, se as expectativas coincidem. Se estão em conflito, qualquer desenvolvimento desses fatos externos poderia suportar as expectativas de alguém e decepcionar aquelas dos outros, e não haveria possibilidade de decidir qual correspondeu a uma mudança nos dados objetivos⁵.

V

Para uma sociedade, então, *podemos* falar em um *estado* de equilíbrio em um momento do tempo – mas isto significa somente que os diferentes planos que os indivíduos elaboraram para a ação nesse momento são mutuamente compatíveis. E o equilíbrio continuará, uma vez que existe, enquanto os dados externos corresponderem às expectativas comuns de todos os membros da sociedade. O prosseguimento de um estado de equilíbrio, neste sentido, não é, então, dependente dos dados

⁵ Ver o artigo do autor: HAYEK, F. A. The Maintenance of Capital. *Economica (New Series)*, Vol. 2, No. 7 (Aug. 1935): 241-276. p. 265. Reimpresso em: HAYEK, F. A. *Profits, Interest, and Investment, and Other Essays on the Theory of Industrial Fluctuations*. London: Routledge, 1939.

objetivos serem constantes em um sentido absoluto, e não está necessariamente confinado a um processo estacionário. A análise do equilíbrio torna-se, em princípio, aplicável a uma sociedade progressiva e àquelas relações de preços intertemporais que têm nos dado tanto trabalho nos últimos tempos⁶.

Tais considerações parecem iluminar consideravelmente a relação entre o equilíbrio e a previsão, a qual tem sido, de certa forma, calorosamente debatida ultimamente⁷.

⁶ Esta separação entre o conceito de equilíbrio e o de estado estacionário parece-me não ser mais que o resultado necessário de um processo que está em andamento há bastante tempo. Na atualidade, é sentimento geral que essa associação entre os dois conceitos não é essencial, mas sim deve-se unicamente a razões históricas. Se a separação completa ainda não foi levada a cabo, isso aparentemente ocorre só porque ainda não foi sugerida nenhuma definição alternativa de estado de equilíbrio que possibilite exprimir, em uma forma geral, aquelas proposições da análise de equilíbrio que são essencialmente independentes do conceito de um estado estacionário. Contudo, é evidente que a maioria das proposições da análise de equilíbrio não deveriam ser aplicáveis somente àquele estado estacionário que provavelmente jamais será alcançado. O processo de separação parece ter começado com Marshall e sua distinção entre equilíbrios de longo e curto prazo. Ver, por exemplo, declarações tais como esta: "*Pois a natureza do próprio equilíbrio, e a das causas pelas quais é determinado, dependem da duração do período sobre o qual considera-se que o mercado se estende*" (MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics: An Introductory Volume**. 7th ed. London: Macmillan, 1916. I, 330). A ideia de um estado de equilíbrio que não era um estado estacionário já estava inerente em meu trabalho: HAYEK, F. A. Das intertemporale Gleichgewichtssystem der Preise und die Bewegungen des "Geldwertes". **Weltwirtschaftliches Archiv**, Vol. 28 (1928): 33-76; e é, claramente, essencial, se desejamos utilizar o aparato do equilíbrio para explicar qualquer um dos fenômenos relacionados ao "investimento". A respeito da totalidade do assunto, bastante informação histórica pode ser encontrada em SCHAMS, Ewald. *Komparative-Statik*. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, Vol. 2, No. 1 (1931): 27-61. Ver também KNIGHT, Frank H. **The Ethics of Competition**. London: G. Allen & Unwin, 1935. p. 175n.; e, para mais desenvolvimentos desde a primeira publicação deste ensaio, ver o Capítulo 2 de HAYEK, F. A. **The Pure Theory of Capital**. London: Routledge & K. Paul, 1941.

⁷ Ver, em particular, MORGENSTERN, Oskar. *Vollkommene Voraussicht und wirtschaftliches*

Parece que o conceito de equilíbrio significa meramente que a previsão dos diferentes membros da sociedade está, em um sentido especial, correta. Deve estar correta no sentido de que o plano de qualquer pessoa se baseia na expectativa exatamente daquelas ações das demais pessoas que aquelas outras pessoas pretendem realizar, e que todos esses planos estão baseados na expectativa do mesmo conjunto de fatos externos, de maneira que, sob certas condições, ninguém terá nenhum motivo para modificar seus planos. Assim, a previsão correta não é, como algumas vezes foi interpretada, uma pré-condição que deve existir para que o equilíbrio possa ser atingido. É, mais propriamente, a característica definidora de um estado de equilíbrio. A previsão, para este propósito, tampouco precisa ser perfeita no sentido de que precisa estender-se ao futuro indefinido ou que todos devem antever tudo corretamente. Devemos, mais propriamente, dizer que o equilíbrio durará enquanto as antecipações se mostrarem corretas, e que precisam ser corretas somente naqueles pontos relevantes para as decisões dos indivíduos. Porém desenvolverei mais tarde esta questão, acerca do que é previsão ou conhecimento relevante.

Antes de seguir adiante, provavelmente devo parar por um momento para ilustrar, por meio de um exemplo concreto, o que acabei de dizer sobre o significado de um estado de equilíbrio e como pode ser perturbado. Considere os preparativos que ocorrem em um momento qualquer para a fabricação de casas. Oleiros, encanadores e outros estarão todos produzindo materiais que, em cada caso, corresponderão a uma certa quantidade de casas para a qual exatamente esta quantidade do material em particular será requerida. Podemos pensar de maneira semelhante acerca dos potenciais compradores que acumulam as poupanças que lhes possibilitarão, em determinadas datas, adquirir um certo número de casas. Se todas essas atividades

Gleichgewicht. **Zeitschrift für Nationalökonomie**, Vol. 6, No. 3 (1935): 337-357, cit. p. 3.

representam preparações para a produção (e aquisição) da mesma quantidade de casas, podemos dizer que há um equilíbrio, no sentido de que todas as pessoas envolvidas nessas atividades podem descobrir que serão capazes de realizar seus planos⁸. Isto não precisa ser assim, porque outras circunstâncias, que não fazem parte de seus planos de ação, podem vir a ser diferentes daquilo que esperavam. Parte dos materiais podem ser destruídos por um acidente, condições climáticas podem tornar a construção impossível, ou uma invenção pode alterar as proporções nas quais os diferentes fatores são demandados. Isto é o que chamamos de uma mudança nos dados (externos), que perturba o equilíbrio que existia. Mas, se os diferentes planos fossem incompatíveis desde o início, é inevitável, o que quer que aconteça, que os planos de alguém sejam prejudicados e que tenham que ser alterados. Em consequência, todo o complexo de ações sobre o período em questão não mostraria as características que se aplicariam se todas as ações de cada indivíduo pudessem ser entendidas como

⁸ Um outro exemplo, de importância mais geral, seria, obviamente, a correspondência entre “investimento” e “poupança” no sentido da proporção (em termos do custo relativo) na qual empreendedores proporcionam os bens dos produtores e os bens dos consumidores em uma data específica, e a proporção na qual os consumidores em gerão irão, nessa data, distribuir seus recursos entre os bens dos produtores e os bens dos consumidores (ver meus ensaios *Price Expectations, Monetary Disturbances, and Malinvestment* [1933], reimpresso em: HAYEK. **Profits, Interest, and Investment**, p. 135-56, e *The Maintenance of Capital*, no mesmo volume, p. 83-134). A este respeito, pode ser pertinente mencionar que, no transcurso de investigações no mesmo campo, que levaram o presente autor a realizar essas especulações, as da teoria das crises, o grande sociólogo francês G. Tarde enfatizou a “contradiction de croyances” ou a “contradiction de jugements” ou “contradictions de esperances” como a causa principal desses fenômenos (TARDE, Gabriel de. **Psychologie Économique**. Paris: F. Alcan, 1902. II, 128-29; ver também PINKUS, Norbert Naphtali. **Das Problem des Normalen in der Nationalökonomie: Beitrag zur Erforschung der Störungen im Wirtschaftsleben**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1906. p. 252 e p. 275).

parte de um único plano individual, formulado desde o início⁹.

VI

Quando, em tudo isto, enfatizo a distinção entre a mera intercompatibilidade dos planos individuais¹⁰ e a correspondência entre eles e os fatos externos atuais ou os dados objetivos, obviamente não pretendo sugerir que a interconcordância subjetiva não seja, de alguma forma, produzida pelos fatos externos. Não haveria, claramente, razão alguma para que os dados subjetivos de diferentes pessoas devesse sempre corresponder, a menos que fossem devidos à experiência dos mesmos fatos objetivos. Mas o ponto é que a análise pura do equilíbrio não está preocupada com a maneira na qual esta correspondência é produzida. Na descrição que proporciona, de um estado existente de equilíbrio, assume-se simplesmente que os dados subjetivos coincidem com os fatos objetivos. As relações de equilíbrio não podem ser deduzidas meramente a partir dos fatos objetivos, dado que a

⁹ É uma questão interessante, porém que não posso discutir aqui, se, para que possamos falar de equilíbrio, cada indivíduo único precise estar certo, ou se não seria suficiente que, em consequência de uma compensação dos erros em diferentes direções, as quantidades das diferentes mercadorias que entram no mercado seriam as mesmas do caso em que todos os indivíduos estivessem certos. Parece-me que o equilíbrio, em um sentido estrito, exigiria que a primeira condição fosse satisfeita, porém consigo imaginar que um conceito mais amplo, que exigisse somente a segunda condição, poderia ocasionalmente ser útil. Uma discussão mais completa deste problema deve necessariamente considerar inteiramente a questão da importância que alguns economistas (inclusive Pareto) dão à lei dos grandes números a este respeito. Sobre o ponto geral, ver ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *The Coordination of the General Theories of Money and Price*. **Economica**, Vol. 3 (1936): 257-80.

¹⁰ Ou a concordância entre os dados subjetivos dos diferentes indivíduos, tendo em conta que, dado o caráter tautológico da Pura Lógica da Escolha, os “planos individuais” e os “dados subjetivos” podem ser utilizados de forma intercambiável.

análise do que as pessoas farão pode começar somente a partir daquilo que conhecem. Tampouco a análise do equilíbrio pode começar meramente a partir de um dado conjunto de dados subjetivos, pois os dados subjetivos de diferentes pessoas serão ou compatíveis, ou incompatíveis, isto é, determinarão desde o início se o equilíbrio existia ou não.

Não conseguiremos ir muito mais longe, aqui, a menos que perguntemos pelas razões da nossa preocupação com o reconhecidamente fictício estado de equilíbrio. O que quer que possa ter sido dito ocasionalmente por economistas que são puristas ao extremo, parece não haver dúvida possível de que a única justificativa para isto é a suposta existência de uma tendência para o equilíbrio. É somente por meio desta asserção, de que uma tal tendência existe, que a economia deixa de ser um exercício de pura lógica e torna-se uma ciência empírica; e é para a economia como uma ciência empírica que devemos voltar-nos agora.

À luz de nossa análise sobre o significado de um estado de equilíbrio, deveria ser fácil dizer qual é o verdadeiro conteúdo da afirmação de que existe uma tendência para o equilíbrio. Dificilmente pode significar algo além de que, sob certas condições, supõe-se que o conhecimento e as intenções dos diferentes membros da sociedade entram em acordo cada vez mais ou, para dizer a mesma coisa em termos menos gerais e menos exatos, porém mais concretos, que as expectativas das pessoas e particularmente dos empreendedores tornar-se-ão mais e mais corretas. Nesta forma, a afirmação da existência de uma tendência para o equilíbrio é claramente uma proposição empírica, isto é, uma asserção sobre o que acontece no mundo real e que deveria, ao menos em princípio, ser capaz de verificação. E isto confere um significado de senso comum mais propriamente plausível para nossa afirmação um tanto abstrata. O único problema é que ainda estamos praticamente no escuro com respeito a: (a) as condições sob as quais supõe-se que esta tendência possa existir; e (b) a natureza do processo por

meio do qual o conhecimento individual é modificado.

VII

As apresentações usuais da análise de equilíbrio são geralmente elaboradas de modo a parecer que as questões a respeito de como o equilíbrio acontece foram resolvidas. Mas, se olhamos mais de perto, torna-se logo evidente que essas aparentes demonstrações equivalem a não mais do que a prova aparente do que já é assumido¹¹. O dispositivo geralmente adotado para este propósito é o pressuposto de um mercado perfeito, onde cada evento torna-se instantaneamente conhecido para todos os membros. É necessário recordar, aqui, que o mercado perfeito necessário para satisfazer aos pressupostos da análise de equilíbrio não deve estar confinado aos mercados particulares de todas as mercadorias individuais; deve-se assumir que a totalidade do sistema econômico é um mercado perfeito no qual todos conhecem tudo. O pressuposto de um mercado perfeito, portanto, não significa nada menos de que todos os membros da comunidade, mesmo que não seja necessário supor que sejam estritamente oniscientes, devam ao menos saber automaticamente tudo o que é relevante para suas decisões. Parece que esse esqueleto em nosso armário, o "homem econômico", o qual temos exorcizado com jejum e orações, retornou pela porta dos fundos na forma de um indivíduo quase-onisciente.

A declaração de que, se as pessoas conhecem tudo, então estão em equilíbrio, é verdadeira simplesmente porque é assim que definimos equilíbrio. O pressuposto de um mercado perfeito neste sentido é apenas uma

¹¹ Isto parece estar implicitamente admitido, embora dificilmente reconhecido de maneira consciente, quando em tempos recentes é frequentemente enfatizado que a análise de equilíbrio descreve somente as condições do equilíbrio, sem tentar derivar a posição do equilíbrio a partir dos dados. A análise de equilíbrio neste sentido seria, obviamente, pura lógica, e não conteria asserções sobre o mundo real.

outra maneira de dizer que o equilíbrio existe, mas não nos coloca nem sequer perto de uma explicação acerca de quando e como um tal estado ocorrerá. Está claro que, se desejamos fazer a afirmação de que, sob certas condições, as pessoas irão se aproximar desse estado, precisamos explicar por meio de qual processo adquirirão o conhecimento necessário. Obviamente, qualquer pressuposto sobre a verdadeira aquisição de conhecimento, no decorrer desse processo, também terá um caráter hipotético. Contudo, isto não significa que todos esses pressupostos justificam-se da mesma maneira. Precisamos lidar, aqui, com pressupostos sobre causalção, de maneira que o que assumimos deve ser considerado não somente como possível (o que certamente não é o caso se simplesmente consideramos as pessoas como oniscientes), mas também como provável que seja verdadeiro; e deve ser possível, pelo menos em princípio, demonstrar que é verdadeiro para casos particulares.

O ponto importante, aqui, é que são essas hipóteses aparentemente subsidiárias ou pressupostos de que as pessoas aprendem a partir da experiência, e a respeito de como adquirem conhecimento, que constituem o conteúdo empírico de nossas proposições sobre o que acontece no mundo real. Geralmente, aparecem disfarçadas e incompletas como uma descrição do tipo de mercado ao qual nossa proposição se refere; porém este é somente um aspecto, embora talvez o mais importante, do problema mais geral de como o conhecimento é adquirido e comunicado. O ponto importante, a respeito do qual os economistas frequentemente não parecem estar conscientes, é que a natureza dessas hipóteses é, em diversos aspectos, bastante diferente dos pressupostos mais gerais a partir dos quais começa a Pura Lógica da Escola. Parece-me que as principais diferenças são duas:

Primeiro, os pressupostos a partir dos quais a Pura Lógica da Escolha começa são fatos que sabemos serem comuns a todo o pensamento humano. Podem ser considerados como axiomas que definem ou delimitam o campo dentro do qual somos capazes de en-

tender ou de reconstruir mentalmente os processos de pensamento de outras pessoas. São, portanto, universalmente aplicáveis ao campo sobre o qual estamos interessados – embora, obviamente, o lugar onde encontram-se *in concreto* os limites deste campo seja uma questão empírica. Referem-se mais a um tipo de ação humana (que geralmente chamamos de “racional”, ou mesmo de meramente “consciente”, distintamente da ação “instintiva”) do que às condições particulares sob as quais esta ação é realizada. Porém os pressupostos ou hipóteses que precisamos introduzir quando desejamos explicar os processos sociais, referem-se à relação do pensamento de um indivíduo para com o mundo exterior, à questão de em que medida e como este conhecimento corresponde aos fatos externos. E as hipóteses devem necessariamente funcionar em termos de afirmações a respeito de conexões causais, sobre como a experiência cria o conhecimento.

Em segundo lugar, enquanto no campo da Pura Lógica da Escolha nossa análise pode ser feita exhaustivamente, isto é, enquanto podemos, aqui, desenvolver um aparato formal que abrange todas as situações concebíveis, as hipóteses suplementares devem, por força de necessidade, ser seletivas, isto é, devemos selecionar, a partir da variedade infinita de situações possíveis, aqueles tipos ideais que, por alguma razão, consideramos especialmente relevantes para as condições no mundo real¹². Obviamente, poderíamos também desenvol-

¹² A distinção desenvolvida aqui pode ajudar a resolver a antiga disputa entre economistas e sociólogos sobre o papel que os “tipos ideais” desempenham na forma de pensar da teoria econômica. Sociólogos costumavam enfatizar que o procedimento usual da teoria econômica envolvia o pressuposto de tipos ideais específicos, enquanto os teóricos da economia apontavam que seu raciocínio era de tal generalidade que não precisavam utilizar quaisquer “tipos ideais”. A verdade parece ser que, dentro do campo da Pura Lógica da Escolha, no qual o economista estava grandemente interessado, estava correto em sua afirmação mas que, tão logo quanto quisesse utilizá-la para explicar um processo social, precisaria utilizar “tipos ideais” de uma espécie ou outra.

ver uma ciência separada, cujo objeto estaria *per definitionem* confinado a um “mercado perfeito” ou a algum objeto definido de maneira similar, assim como a Lógica da Escolha aplica-se somente a pessoas que precisam distribuir meios limitados entre uma variedade de fins. Para o campo assim definido, nossas proposições tornam-se novamente verdadeiras a priori, porém para um tal procedimento devemos carecer da justificativa que consiste do pressuposto de que a situação no mundo real é semelhante ao que assumimos que seja.

VIII

Devo, agora, voltar-me para a questão de quais são as hipóteses concretas concernentes às condições sob as quais supõe-se que as pessoas adquirem o conhecimento relevante e o processo por meio do qual supõe-se que o adquirem. Se fosse de todo claro quais foram as hipóteses geralmente empregadas a este respeito, teríamos de analisá-las em dois aspectos: precisaríamos investigar se eram necessárias e suficientes para explicar um movimento na direção do equilíbrio e teríamos que mostrar em que medida seriam confirmadas pela realidade. No entanto, temo estar atingindo um estágio no qual torna-se extremamente difícil dizer exatamente quais são os pressupostos em cuja base afirmamos que haverá uma tendência para o equilíbrio, bem como afirmar que nossa análise tem uma aplicação ao mundo real¹³. Não posso fingir que

¹³ Os economistas mais antigos eram frequentemente mais explícitos a respeito deste ponto do que seus sucessores. Ver, por exemplo, Adam Smith: “Entretanto, para que esta igualdade [de salários] possa ocorrer com a totalidade de suas vantagens e desvantagens, três coisas são necessárias mesmo onde há perfeita liberdade. Primeiro, o emprego deve ser bem conhecido e a vizinhança estabelecida há muito tempo [...]” (SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. New York: The Modern Library, 1937. I, p. 116). Ou David Ricardo: “Não seria resposta, para mim, dizer que os homens são ignorantes a respeito das melhores e mais baratas formas de conduzir seus negócios e pagar suas dívidas, pois isto é uma questão de fato, não de ciência, e poderia ser

avancei muito mais sobre este ponto. Consequentemente, tudo o que posso fazer é levantar um número de questões para as quais teremos que encontrar respostas se desejamos ser claros sobre a importância do nosso argumento.

A única condição sobre cuja necessidade para o estabelecimento de um equilíbrio os economistas parecem estar razoavelmente de acordo é a “constância dos dados”. Mas, depois do que vimos sobre a imprecisão do conceito de “dado”, devemos suspeitar, corretamente, que isto não nos leva muito longe. Mesmo se assumirmos – como provavelmente devemos – que aqui o termo é empregado em seu sentido objetivo (o qual inclui, devemos recordar, as preferências dos diferentes indivíduos), não está de forma alguma claro que isto é ou necessário, ou suficiente para que as pessoas possam realmente adquirir o conhecimento necessário, ou que foi concebido como uma declaração das condições sob as quais o farão. É bastante significativo que, de qualquer modo, alguns autores consideram necessário acrescentar “conhecimento perfeito” como uma condição adicional e separada¹⁴. De fato, veremos que a constância dos dados objetivos não é uma condição nem necessária, nem suficiente. Que não pode ser uma condição necessária segue-se a partir dos fatos, primeiro, que ninguém desejaria interpretá-la no sentido absoluto de que nada jamais deve acontecer no mundo e, segundo, que, conforme temos visto, assim que desejarmos incluir mudanças que ocorrem periodicamente, ou talvez mesmo mudanças que avançam a uma taxa constante, a única maneira na qual podemos definir constância é com relação às expectativas. Tudo ao que esta condição equivale, então, é que deve haver alguma regularidade

utilizada como argumento contrário a quase toda proposição na *Economia Política*” (RICARDO, David. **Letters of David Ricardo to Thomas Robert Malthus**, 1810-1823. Oxford: Clarendon Press, 1887. October 22, 1811, p. 18).

¹⁴ Ver KALDOR, N. A Classificatory Note on the Determinateness of Equilibrium. **Review of Economic Studies**, Vol. I, No. 2 (1934): 122-36. p. 123.

discernível no mundo, que torna possível prever eventos corretamente. Contudo, enquanto isto claramente não é suficiente para provar que pessoas aprenderão a prever eventos corretamente, o mesmo é verdade em um grau dificilmente menor mesmo sobre a constância dos dados em um sentido absoluto. Para um indivíduo qualquer, a constância dos dados não significa de forma alguma constância de todos os fatos independentes dele, dado que, obviamente, somente os gostos e não as ações das outras pessoas podem, neste sentido, ser assumidos como constantes. Dado que todas as demais pessoas modificarão suas decisões à medida em que ganham experiência sobre os fatos externos e sobre as ações das outras pessoas, não há razão para que esses processos de mudanças sucessivas devam eventualmente terminar. Essas dificuldades são bem conhecidas¹⁵, e menciono-as aqui somente para recordar do quão pouco realmente conhecemos acerca das condições sob as quais um equilíbrio será alguma vez alcançado. Entretanto, não sugiro continuar nesta linha de abordagem, embora não porque esta questão da probabilidade empírica de que as pessoas aprenderão (isto é, que seus dados subjetivos virão a corresponder entre si e com os fatos objetivos) esteja faltando em problemas não resolvidos e altamente interessantes. A razão, em vez disso, é que parece-me que há outra forma de abordagem, mais proveitosa, para o problema central.

IX

As questões que acabei de discutir a respeito das condições sob as quais torna-se provável que as pessoas adquiram o conhecimento necessário, e o processo por meio do qual elas o adquirem, têm ao menos recebido alguma atenção em discussões passadas. Porém ainda há uma questão adicional que parece-me ser ao menos igualmente importante, mas que parece não ter recebido nenhuma

¹⁵ *Idem. Passim.*

atenção, e trata-se de quanto conhecimento e de que tipo de conhecimento os diferentes indivíduos devem possuir para que possamos ser capazes de falar em equilíbrio. Está claro que, se o conceito deve ter qualquer importância empírica, não pode pressupor que todos conhecem tudo. Já precisei utilizar o termo indefinido “conhecimento relevante”, isto é, o conhecimento que é pertinente para uma pessoa em particular. Mas qual é este conhecimento relevante? Dificilmente pode referir-se meramente ao conhecimento que realmente influenciou suas ações, pois suas decisões poderiam ter sido diferentes não somente se, por exemplo, o conhecimento que possuía fosse correto ao invés de incorreto mas, também, caso tivesse possuído conhecimento sobre campos totalmente diferentes.

Claramente, existe aqui um problema de *divisão do conhecimento*¹⁶, o qual é completamente análogo, e ao menos tão importante quanto o problema da divisão do trabalho. Contudo, enquanto este último tem sido um dos principais temas de investigação mesmo desde o início de nossa ciência, o primeiro têm sido completamente negligenciado, embora pareça-me ser o problema verdadeiramente central da economia como uma ciência social. O problema que pretendemos resolver é como a interação espontânea entre uma quantidade de pessoas, cada qual possuindo somente porções de conhecimento, produz um estado de coisas no qual os preços correspondem aos custos, etc., e que poderia ser gerado através de controle deliberado somente por alguém que possuísse o conhecimento combinado de todos esses indivíduos. A experiência nos mostra que algo deste tipo acontece, dado que a observação empírica de que os preços de fato tendem a corresponder aos custos foi o início de nossa ciência. Entretanto, em nos-

¹⁶ Cf. MISES, Ludwig von. **Die Gemeinwirtschaft: Untersuchungen über den Sozialismus**. Jena: G. Fischer, 1932. p. 96: “Die Verteilung der Verfügungsgewalt über die wirtschaftlichen Güter der arbeitsteilig wirtschaftenden Sozialwirtschaft auf viele Individuen bewirkt eine Art geistige Arbeitsteilung, ohne die Produktionsrechnung und Wirtschaft nicht möglich wäre”.

sa análise, ao invés de mostrar quais porções de informação as diferentes pessoas devem possuir para produzir esse resultado, efetivamente caímos de volta no pressuposto de que todos conhecem tudo e, assim, contornamos qualquer solução real para o problema.

Antes, contudo, de poder avançar para considerar esta divisão do conhecimento entre pessoas diferentes, é necessário ser mais específico a respeito do tipo de conhecimento que é relevante nesta conexão. Tornou-se usual entre economistas enfatizar somente a necessidade do conhecimento dos preços, aparentemente porque – como uma consequência das confusões entre dados objetivos e subjetivos – o conhecimento completo dos fatos objetivos era dado como certo. Em tempos recentes, mesmo o conhecimento dos preços correntes tem sido tão considerado como dado que a única conexão na qual a questão do conhecimento tem sido considerada como problemática é a antecipação dos preços futuros. Contudo, conforme já indiquei no começo deste ensaio, expectativas de preços, e mesmo o conhecimento dos preços correntes, são apenas uma parte muito pequena do problema do conhecimento tal como o entendo. O aspecto mais amplo do problema do conhecimento, com o qual preocupo-me, é o conhecimento do fato básico a respeito de como as diferentes mercadorias podem ser obtidas e utilizadas¹⁷, e sob quais condições são realmente obtidas e utilizadas, isto é, a questão geral de por que os dados subjetivos das dife-

¹⁷ Conhecimento, neste sentido, é mais do que costuma descrever-se como habilidade, e a divisão de conhecimento sobre a qual estamos falando refere-se a mais do que se entende por divisão do trabalho. Para colocar brevemente, “habilidade” refere-se somente ao conhecimento que uma pessoa utiliza em seu ofício, enquanto o outro conhecimento, a respeito do qual devemos saber alguma coisa para sermos capazes de dizer qualquer coisa que seja sobre os processos na sociedade, é o conhecimento das possibilidades alternativas de ação das quais essa pessoa não faz uso direto. Pode ser acrescentado que o conhecimento, no sentido no qual o termo é empregado aqui, é idêntico à previsão somente no sentido em que todo conhecimento é capacidade de prever.

rentes pessoas correspondem aos fatos objetivos. Nosso problema do conhecimento, aqui, é exatamente a existência desta correspondência que, em grande parte da análise de equilíbrio atual, é simplesmente assumida como algo que existe, mas que precisamos explicar se desejamos mostrar por que as proposições, as quais são necessariamente verdadeiras sobre a atitude de uma pessoa para com as coisas que acredita que possuem certas propriedades, deveriam ser também verdadeiras sobre as ações da sociedade com respeito às coisas que, ou possuem essas propriedades, ou sobre as quais, por alguma razão que devemos explicar, os membros da sociedade normalmente acreditam que possuam-nas¹⁸.

Mas, para voltar ao problema específico que venho discutindo, sobre a quantidade de conhecimento que indivíduos diferentes devem possuir para que o equilíbrio possa prevalecer (ou o conhecimento “relevante” que precisam possuir): chegaremos mais perto de uma resposta se recordarmos como pode ser compreensível ou que o equilíbrio não existia, ou que está sendo perturbado. Vimos que as conexões de equilíbrio serão interrompidas se qualquer pessoa modificar seus planos, seja porque seus gostos mudaram (o que não nos

¹⁸ Que todas as proposições da teoria econômica refiram-se a coisas que são definidas em termos das atitudes humanas com respeito a elas, isto é, que o “açúcar” sobre o qual a teoria econômica pode falar ocasionalmente seja definido não por suas qualidades “objetivas”, mas sim pelo fato de que as pessoas acreditam que servirá a algumas de suas necessidades é, de certo modo, a origem de toda sorte de dificuldades e confusões, particularmente em relação com o problema da “verificação”. É também, claramente, a este respeito, que o contraste entre a ciência social interpretativa (*Verstehen*) e a abordagem behaviorista torna-se tão evidente. Não estou certo de que os behavioristas nas ciências sociais estejam completamente cientes do quanto da abordagem tradicional teriam que abandonar se quisessem ser consistentes, ou de se desejariam consistentemente aderir a ela caso estivessem cientes disto. Isto, por exemplo, implicaria que proposições da teoria da moeda teriam que referir-se exclusivamente a, digamos, “discos de metal que possuem uma certa estampa”, ou algum objeto ou grupo de objetos definido fisicamente de forma similar.

preocupa aqui), ou porque passou a conhecer novos fatos. Porém há, evidentemente, duas maneiras diferentes por meio das quais pode aprender sobre novos fatos e que a levam a mudar seus planos, as quais, para nossos propósitos, apresentam significados totalmente diferentes. Pode aprender sobre os novos fatos como se fosse por acidente, isto é, de uma maneira que não é consequência necessária de sua tentativa de executar o plano original, ou pode ser inevitável que, no transcurso de sua tentativa, tenha descoberto que os fatos são diferentes do que esperava. É óbvio que, para que possa continuar de acordo com o plano, seu conhecimento precisa ser correto somente a respeito dos pontos sobre os quais será necessariamente confirmado ou corrigido no transcurso da execução do plano. Porém essa pessoa pode não ter, a respeito das coisas, conhecimento que, se possuísse, certamente afetaria seu plano.

A conclusão, portanto, que devemos tirar, é que o conhecimento relevante que a pessoa deve possuir para que o equilíbrio possa prevalecer é o conhecimento que é obrigado a adquirir levando em conta a posição na qual encontra-se originalmente, e os planos que então formula. Certamente, não é todo o conhecimento que, caso o adquirisse por acidente, seria-lhe útil e a levaria a modificar seu plano. Podemos, portanto, ter muito bem uma posição de equilíbrio somente porque algumas pessoas não têm chance de aprender sobre fatos que, se conhecessem, teriam feito com o fato de que alterassem seus planos. Ou, em outras palavras, é provável que um equilíbrio seja atingido somente com respeito ao conhecimento que uma pessoa é obrigada a adquirir no transcurso de sua tentativa de realizar seu plano original.

Enquanto uma tal posição representa, em um certo sentido, uma posição de equilíbrio, está claro que não é um equilíbrio no sentido especial, no qual é considerado como um tipo de posição ótima. Para que os resultados da combinação de fragmentos de conhecimento sejam comparáveis aos resultados da direção por um ditador onisciente, apa-

rentemente mais condições devem ser introduzidas¹⁹. Embora possa ser possível definir a quantidade de conhecimento que os indivíduos deveriam possuir para que o seu resultado possa ser atingido, não tenho conhecimento a respeito de alguma tentativa real nesta direção. Uma condição seria, provavelmente, que cada um dos usos alternativos de qualquer tipo de recursos seja conhecido pelo proprietário de alguns desses recursos que realmente são utilizados para um outro propósito e que, desta maneira, todos os diferentes usos desses recursos estejam conectados, seja direta ou indiretamente²⁰. Contudo, menciono esta condição somente como um exemplo de

¹⁹ Essas condições são geralmente descritas como ausência de "atritos". Em um artigo publicado recentemente (KNIGHT, Frank H. *Quantity of Capital and the Rate of Interest, II. Journal of Political Economy*, Vol. 44, No.5 (1936): 612-42, cit. p. 638), Frank H. Knight observa corretamente que "erro" é o significado usual de atrito nas discussões econômicas.

²⁰ Esta seria uma condição, porém provavelmente ainda não uma condição suficiente, para assegurar que, em um dado estado da demanda, a produtividade marginal dos diferentes fatores de produção em seus diferentes usos deveria ser equalizado e que, neste sentido, um equilíbrio da produção deveria surgir. Que não seja necessário, como poderíamos pensar, que toda utilização alternativa possível de qualquer tipo de recursos deva ser conhecida por pelo menos um entre os proprietários de cada grupo de tais recursos que são utilizados para um propósito particular, deve-se ao fato de que as alternativas conhecidas pelos proprietários dos recursos em uma utilização particular refletem-se nos preços desses recursos. Desta maneira, poderia haver uma distribuição suficiente do conhecimento dos usos alternativos, m, n, o, \dots, y, z de uma mercadoria, se A, que utiliza a quantidade desses recursos que estão em sua posse para m , conhece a respeito de n , e B, que utiliza os seus para n , conhece m , enquanto C, que utiliza os seus para o , conhece os de n e assim por diante, até chegarmos a L, que utiliza os seus para z , mas conhece somente a respeito de y . Para mim, não é claro em que medida, para além disto, uma distribuição particular do conhecimento das diferentes proporções seja necessária e na qual fatores diferentes podem ser combinados para produção da mercadoria de qualquer um. Para o equilíbrio completo, serão exigidos pressupostos adicionais a respeito do conhecimento que os consumidores possuem sobre a utilidade das mercadorias para a satisfação de seus desejos.

como poderá, na maior parte dos casos, ser suficiente que, em cada campo, exista uma certa margem de pessoas que possuam, entre si, todo o conhecimento relevante. Elaborar isto ainda mais seria uma tarefa interessante e muito importante, porém seria uma tarefa que excederia os limites deste artigo.

Embora minhas colocações sobre este ponto tenham assumido, grandemente, a forma de uma crítica, não desejo parecer inadequadamente desanimado a respeito do que já conseguimos realizar. Mesmo que tenhamos saltado por cima de um ponto essencial em nosso argumento, ainda acredito que, pelo que está implícito em seu raciocínio, a economia chegou mais perto do que qualquer outra ciência social de uma resposta para a questão central de todas as ciências sociais: como é possível que a combinação de fragmentos de conhecimento existentes nas diferentes mentes possa produzir resultados que, para serem provocados de forma deliberada, exigiriam um conhecimento da parte da mente dirigente que nenhum indivíduo pode possuir? Mostrar que, neste sentido, as ações espontâneas dos indivíduos irão, sob condições que podemos definir, produzir uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se estivesse seguindo um único plano, embora ninguém o tenha planejado, parece-me de fato uma resposta ao problema que tem sido metaforicamente descrito, algumas vezes, como o problema da “mente social”. Porém não devemos nos surpreender com que tais afirmações tenham sido geralmente rejeitadas, dado que não as baseamos nos fundamentos corretos.

Ainda há mais um ponto, nesta conexão, que desejo mencionar. Trata-se de que, se a tendência para o equilíbrio, a qual, com embasamento empírico, temos razões para acreditar que existe, for somente em direção a um equilíbrio relativo ao conhecimento que as pessoas adquirem no transcurso de sua atividade econômica, e se qualquer outra mudança no conhecimento deve ser considerada como uma “mudança nos dados” no sentido usual do termo, o qual fica de fora da esfera

da análise de equilíbrio, isto significaria que a análise de equilíbrio realmente não pode nos dizer nada acerca do significado de tais mudanças no conhecimento, e também estaria longe de poder explicar o fato de que a pura análise parece ter extraordinariamente tão pouco a dizer sobre as instituições, tais como a imprensa, cujo propósito é comunicar conhecimento. Isso poderia mesmo explicar por que a preocupação com a análise pura cria, com tanta frequência, uma cegueira peculiar com respeito ao papel desempenhado, na vida real, por instituições tais como a propaganda.

X

Com tais observações bastante erradas sobre tópicos que mereceriam um exame muito mais cuidadoso, devo concluir minha visão geral desses problemas. Há somente mais uma ou duas observações que desejo acrescentar.

Uma é que, ao enfatizar a natureza das proposições empíricas que devemos utilizar para que o aparato formal da análise de equilíbrio possa servir para explicar o mundo real, e ao acentuar que as proposições a respeito de como as pessoas aprendem, que são relevantes a este respeito, são de uma natureza fundamentalmente diferente daquela que existe na análise formal, não tenho a intenção de sugerir que abre-se, aqui e agora, um amplo campo para a pesquisa empírica. Tenho sérias dúvidas sobre se uma tal investigação seria capaz de ensinar-nos algo de novo. O ponto importante é, mais propriamente, que devemos estar conscientes sobre quais são as questões das quais de fato depende a aplicabilidade do nosso argumento para o mundo real, ou, para dizer o mesmo em outras palavras, em qual ponto nosso argumento, quando aplicado aos fenômenos do mundo real, torna-se sujeito a verificação.

O segundo ponto é que, obviamente, não desejo sugerir que os tipos de problemas que venho discutindo eram estranhos aos ar-

gumentos dos economistas das gerações anteriores. A única objeção que pode ser feita contra eles é que têm misturado de tal maneira os dois tipos de proposições, as *a priori* e as empíricas, que todo economista realista utiliza constantemente, que é, com frequência, totalmente impossível verificar que tipo de validade reivindicaram para alguma afirmação particular. Trabalhos mais recentes têm estado livres deste problema – porém somente ao preço de tornar mais e mais obscuro que tipo de relevância seus argumentos apresentam para os fenômenos do mundo real. Tudo o que tentei fazer foi encontrar o caminho de volta para o significado de senso comum de

nossa análise, o qual, temo, estamos propensos a perder de vista à medida em que nossa análise tornar-se mais elaborada. O leitor pode mesmo ter a sensação de que a maior parte de minhas colocações são lugar-comum. Mas, de tempos em tempos, é provavelmente necessário distanciar-se das technicalidades do argumento e perguntar, ingenuamente, a respeito do que se trata, no fim das contas. Se tiver conseguido mostrar não somente que, em alguns aspectos, a resposta para esta questão não é óbvia, porém também que, ocasionalmente, nem mesmo sabemos muito bem qual é, então obtive sucesso em meu propósito. ∞